



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



EDIÇÃO Nº 13 – JANEIRO A JULHO/2026

A **Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Thiago Roberto Moraes Diaz
Conselheiro Presidente

Leda Raquel de Sousa Araujo
Assessora Jurídica-Chefe

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti
Andreza Silva Fernandes Araújo
Servidoras

Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes
Apoio Administrativo



NOVA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) elegeu, por aclamação, na 2ª Sessão Ordinária de 2026, realizada em 24 de fevereiro, o conselheiro Thiago Roberto Moraes Diaz para a Presidência da Comissão de Meio Ambiente (CMA). O

mandato à frente da Comissão terá duração de um ano.

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no colegiado, o conselheiro Thiago Diaz passa a conduzir os trabalhos da CMA, responsável por fomentar a integração, a articulação institucional e o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público brasileiro nas áreas de proteção ambiental, sustentabilidade, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

Advogado, Thiago Diaz é graduado em Direito pela Universidade CEUMA (MA), possui pós-graduação em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialização em Direito Eleitoral. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão por dois mandatos e exerceu o cargo de conselheiro federal da OAB, destacando-se por sua atuação em defesa das prerrogativas da advocacia, do fortalecimento das instituições e do diálogo entre os órgãos do sistema de Justiça. Atualmente, integra o Conselho Nacional do Ministério Público na vaga destinada à advocacia.



CAPACITAÇÕES, OFICINAS E CURSOS



O presidente da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), conselheiro Thiago Roberto Moraes Diaz, participou do **XXIV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente**, realizado entre os dias 8 e 10 de abril de 2026, em

Pirenópolis (GO). O evento reuniu membros do Ministério Público de todo o país, além de representantes de instituições públicas, da academia e de organizações da sociedade civil, para debater temas estratégicos relacionados à proteção ambiental, às mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável.

Durante a abertura do Congresso, o presidente da Comissão de Meio Ambiente do CNMP, conselheiro Thiago Roberto Moraes Diaz, destacou a necessidade de uma atuação integrada que conecte a proteção dos biomas, a inovação tecnológica e a participação da sociedade. Em seu pronunciamento, enfatizou que o desenvolvimento humano não pode ser dissociado da preservação ambiental, especialmente da garantia de acesso à água de qualidade. "Não há como se falar em desenvolvimento humano sem pensar em água pura", afirmou.





Na solenidade de abertura, o conselheiro Thiago Roberto Moraes Diaz integrou a mesa de honra ao lado de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e de instituições parceiras, entre elas o Procurador-Geral de Justiça de Goiás, Cyro Terra Peres; o

presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), Luciano Furtado Loubet; a Subprocuradora-Geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen; o Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Adalberto Maluf; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Leandro Crispim; o Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Goiás, Bruno Belém, representando o Governador do Estado; o Prefeito de Pirenópolis, Nivaldo Antônio de Melo; além de representantes do Ministério Público de Goiás, da OAB, da Saneago, da Associação Goiana do Ministério Público e da Comunidade Quilombola Kalunga, evidenciando a relevância institucional e o caráter interinstitucional do Congresso.



XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE

PIRENÓPOLIS, GOIÁS

O Congresso, promovido pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), consolidou-se como um dos principais fóruns nacionais para o intercâmbio de experiências, o debate de temas

contemporâneos e a construção de soluções voltadas ao aperfeiçoamento da atuação ministerial em defesa do patrimônio ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Na oportunidade, também foi realizada a Reunião Conjunta entre o Grupo Nacional de Meio Ambiente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais



(GNMAC/CNPG) e a Comissão de Meio Ambiente do CNMP, espaço destinado ao alinhamento de estratégias e ao fortalecimento da atuação integrada do Ministério Público brasileiro na agenda ambiental.

Fotos e Informações: ABRAMPA



O presidente da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), conselheiro Thiago Diaz, **participou, no dia 22 de julho de 2026, da abertura do workshop "Diálogos sobre Governança, Desafios e Segurança Jurídica dos Programas de REDD+ da Amazônia Legal"**, realizado no San Marco Hotel, em Brasília/DF.

O evento foi promovido pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), com apoio institucional da CMA/CNMP, e reuniu representantes do Ministério Público, dos governos estaduais da Amazônia Legal, do Governo Federal, de organismos internacionais e da academia para discutir o fortalecimento da governança, da integridade socioambiental e da segurança jurídica dos programas jurisdicionais de REDD+.



Estiveram presentes representantes dos Ministérios Públicos da Amazônia Legal, com destaque para integrantes dos Ministérios Públicos dos Estados do Amazonas (MPAM), do Pará (MPPA) e de Rondônia (MPRO), além de membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), reforçando a importância da atuação integrada do

Ministério Público brasileiro na implementação de instrumentos voltados à conservação das florestas, à mitigação das mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica.





Durante a abertura o conselheiro Thiago Diaz, destacou que a segurança jurídica é condição essencial para o avanço dos programas de REDD+ e do mercado de carbono, ressaltando que esse é um dos eixos prioritários da

atuação da Comissão em 2026. Ao longo da programação, foram debatidos temas como o marco jurídico dos programas, salvaguardas socioambientais, transparência, Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e mecanismos de repartição de benefícios.



Ao final do workshop, os participantes elaboraram propostas para aperfeiçoar a governança dos programas de REDD+, fortalecer a transparência, estabelecer parâmetros mínimos para a CLPI e aprimorar os modelos de repartição de benefícios.

Informações: ABRAMPA



No dia 5 de março de 2026, foi realizado, em Teresina/PI, no Auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT/PI), o **IX Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural**. O evento reuniu membros do Ministério Público, especialistas e representantes de instituições públicas para debater temas relacionados à proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro, incluindo patrimônio cultural e paisagem, mudanças climáticas, licenciamento ambiental e preservação dos centros históricos.



Promovido pelo Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), o encontro contou com o apoio da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP).

Como atividade complementar ao IX Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, foi realizada, nos dias 6 e 7 de março de 2026, no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI), a Oficina de Tutela Jurídica e Espeleologia. A iniciativa foi destinada a membros do Ministério Público e associados da ABRAMPA, com o objetivo de ampliar os conhecimentos técnicos sobre a proteção do patrimônio espeleológico e fortalecer a atuação institucional na tutela jurídica das cavernas e dos sítios arqueológicos.

A oficina integrou as ações do Plano de Ação Nacional para Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (PAN Cavernas do Brasil) e foi realizada pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), em parceria com o ICMBio/Cecav, a ABRAMPA, a CMA/CNMP, o Ministério Público do Estado do Piauí e a Escola Brasileira de Espeleologia (eBRe).

Foto: MPT-PI



PARCERIAS INSTITUCIONAIS



A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público, presidida pelo conselheiro Thiago Roberto Morais Diaz, iniciou articulações institucionais para fortalecer a atuação do Ministério Público brasileiro na implementação da Lei nº 15.042/2024, que instituiu o

Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). A agenda teve início com **reunião realizada na sede do CNMP, no dia 28 de abril**, entre o presidente da CMA, o presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), promotor de Justiça Luciano Loubet (MPMS), e a vice-presidente da entidade, promotora de Justiça Tarcila Gomes (MPGO), membro colaboradora da Comissão. Na mesma ocasião, a CMA também recebeu a diretora de Programa da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, Teresa Cristina de Melo, dando início ao diálogo institucional com o Poder Executivo federal sobre a regulamentação do mercado de carbono.

Como desdobramento dessas articulações, a CMA promoverá, nos dias 16 e 17 de setembro, o seminário “Mercado de Carbono no Brasil e o Papel do Ministério Público: Regulação, Integridade e Perspectivas Internacionais”, além de desenvolver ações de capacitação e fomentar a produção de conhecimento sobre o tema, reforçando o protagonismo do Ministério Público brasileiro na implementação do novo marco legal e na agenda climática.

Dando continuidade às articulações institucionais, a Comissão de Meio Ambiente promoveu, em 28 de maio de 2026, reunião com representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para discutir possibilidades de cooperação voltadas à implementação do mercado de carbono no Brasil. Participaram do encontro, pelo CNMP, a promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes, membro colaboradora da Comissão de Meio Ambiente e a assessora jurídica especial do Gabinete do Conselheiro Thiago Diaz, Leda Raquel de Sousa Araújo. Pelo PNUD, estiveram presentes



Maristela Marques Baioni, gerente de projeto, e Thiago Amaral, analista de Mercado de Carbono. Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento de ações de capacitação, produção de conteúdos técnicos e apoio institucional às iniciativas da CMA relacionadas à implementação da Lei nº 15.042/2024, incluindo a realização do seminário "Mercado de Carbono no Brasil e o Papel do Ministério Público: Regulação, Integridade e Perspectivas Internacionais".



No dia 23 de junho, o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), conselheiro Thiago Diaz, recebeu em seu gabinete o conselheiro José de Lima, representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) no CNMP, acompanhado dos procuradores do Trabalho Raymundo Lima Ribeiro Junior, coordenador nacional da CODEMAT, e Gisela Nabuco Majela Sousa, vice-coordenadora da CODEMAT.

A reunião teve como objetivo fortalecer o diálogo institucional entre a CMA/CNMP e o MPT, por meio da CODEMAT, ampliando as possibilidades de atuação conjunta em temas de interesse comum. Na oportunidade, os representantes do MPT manifestaram interesse em apoiar as iniciativas promovidas pela Comissão, colocando a CODEMAT e seus membros à disposição para colaborar com eventos, projetos e demais ações desenvolvidas pela CMA.



PROGRAMA DIÁLOGOS AMBIENTAIS



A Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) deu início à 6ª edição do Programa Diálogos Ambientais, iniciativa voltada ao fortalecimento da atuação institucional do Ministério Público brasileiro por meio da disseminação de conhecimento, do intercâmbio de boas práticas e do debate sobre temas estratégicos

relacionados à proteção do meio ambiente.

Consolidado como um espaço permanente de capacitação e integração entre membros e servidores do Ministério Público, o programa reúne especialistas, representantes de instituições parceiras e integrantes do MP brasileiro para discutir desafios contemporâneos e soluções inovadoras nas diversas áreas da tutela ambiental, contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação ministerial em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Em 26 de fevereiro de 2026 foi realizado o primeiro episódio da 6ª edição do programa Diálogos Ambientais, dedicado à apresentação de iniciativas do Ministério Público brasileiro voltadas à proteção da biodiversidade. O encontro foi mediado pelos membros colaboradores da CMA, Tarcila Santos Britto Gomes (MPGO) e Roberto Carlos Batista (MPDFT).

Na ocasião, foram apresentados três projetos de destaque:





O **Reviver (MPPA)**, voltado à recuperação ambiental e ao fortalecimento da comunidade indígena Aikewara, na Terra Indígena Sororó (PA), por meio de ações de reflorestamento e valorização cultural, foi apresentado pelos promotores de Justiça Erick Ricardo de Souza e Josélia Barros.



O **Vira-Amigo (MPDFT)**, que promove a educação ambiental e a conscientização sobre a proteção, guarda e adoção responsável de cães e gatos, especialmente entre crianças e adolescentes foi apresentado pela promotora de Justiça Luciana Bertini.

A promotora de Justiça e coordenadora estadual de Defesa dos Animais do MPMG, Luciana Imaculada de Paula, apresentou o **Libertas (MPMG)**, iniciativa desenvolvida em parceria com diversas instituições para o enfrentamento ao tráfico de animais silvestres, com resultados expressivos em operações de combate ao crime organizado ambiental.



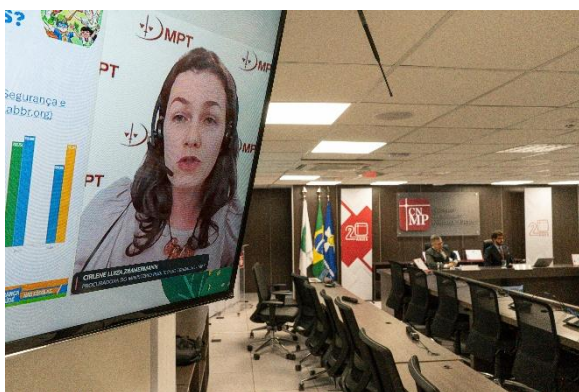


O encontro foi mediado pelo membro colaborador da CMA Roberto Carlos Batista, procurador de Justiça do MPDFT.

Na ocasião, foram apresentados três projetos:



O promotor de Justiça Zedequias de Oliveira apresentou o projeto **“O MP fomentando a educação ambiental”**, que busca promover a educação e a conscientização de infratores ambientais por meio de palestras e da utilização de instrumentos consensuais.



A procuradora do Trabalho Cirlene Luiza Zimmermann apresentou o projeto **Saúde, meio ambiente e segurança nas escolas, Saúde, Meio Ambiente e Segurança nas Escolas** (MPT), iniciativa desenvolvida em parceria com a OIT e o MTE para difundir a cultura da prevenção e integrar temas de saúde, segurança e meio ambiente ao ambiente escolar

O promotor de Justiça Mateus Minuzzi apresentou o **projeto Semeando saúde única**, que promove a conscientização de crianças sobre bem-estar animal, proteção ambiental e saúde humana, contribuindo, inclusive, para a inclusão desses conteúdos na rede municipal de ensino.



Em 29 de abril de 2026, a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) realizou o terceiro episódio da 6ª edição do programa Diálogos Ambientais, dedicado ao debate sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, no meio ambiente e nas relações de trabalho. O encontro foi mediado

pelo promotor de Justiça Pedro Colaneri Abi-Eçab (MPRO), membro auxiliar do CNMP.

Na ocasião, foram apresentadas duas iniciativas do Ministério Público do Trabalho (MPT):



O subprocurador-geral do Trabalho Pedro Luiz Gonçalves apresentou as principais ações desenvolvidas pelo Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, que promove a articulação entre instituições para o enfrentamento dos efeitos do uso de agrotóxicos sobre a saúde e o meio ambiente.



O procurador do Trabalho Leomar Daroncho apresentou o projeto ACP estruturante – Banimento da Atrazina, que busca a retirada dessa substância do mercado brasileiro com base em evidências científicas sobre seus riscos à saúde humana e ao meio ambiente, além de destacar importantes avanços na proteção jurídica ambiental.



Em 27 de maio de 2026, a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) promoveu o quarto episódio da 6ª edição do programa Diálogos Ambientais, dedicado ao tema Consensualidade e Valoração de Danos. O encontro foi moderado pelo presidente da CMA, conselheiro Thiago Diaz, e reuniu representantes dos Ministérios Públicos de



Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo para compartilhar experiências e ferramentas voltadas ao aprimoramento da tutela ambiental.

Durante o evento, o procurador de Justiça Gerson Natalício Barbosa apresentou o Siscalc Ambiental (MPMT), sistema que automatiza a valoração de danos à vegetação nativa e confere maior celeridade às atividades das promotorias.



O promotor de Justiça Guilherme Meneguim (MPMG) fez uma exposição sobre os reflexos do Pacto Ecológico Europeu e o papel do Ministério Público no enfrentamento das mudanças climáticas.

O oficial de Promotoria Erasmo Baldan apresentou a experiência do MPSP na recuperação consensual de danos ambientais, baseada na celebração de termos de ajustamento de conduta e em soluções extrajudiciais para a reparação de áreas degradadas.



Assista **aqui** todas as edições dos Diálogos Ambientais.

